

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Mariana Alves Costa

O pensamento feminista sobre a pornografia pela Revista de Estudos Feministas e
Cadernos Pagu

Rio de Janeiro
2015

Mariana Alves Costa

O FEMINISMO E A PORNOGRAFIA: o pensamento feminista sobre a pornografia
pela Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Andrea Moraes Alves

Rio de Janeiro
2015

RESUMO

COSTA, Mariana Alves. **O Feminismo e a Pornografia:** o pensamento feminista sobre a pornografia pela Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

Este Trabalho de Conclusão de curso tem por objetivo realizar uma revisão de literatura de artigos já produzidos para as revistas feministas Cadernos Pagu e Revista de Estudos Feministas sobre a pornografia. Especificamente, pretende-se: conceituar pornografia; conceituar erotismo; traçar paralelo entre o desejo e o instinto compulsório; falar sobre o feminismo e a perspectiva antipornografia; e falar sobre a liberdade de expressão, a pornografia e a liberdade de gênero. Para atingi-lo, optou-se por organizar os resultados oriundos da revisão de literatura realizada em 3 (três) capítulos. No primeiro deles, foram trazidos históricos sobre as Revistas Cadernos Pagu e Estudos Feministas, destacando a importância de sua contribuição para as discussões feministas no país. O segundo capítulo faz uma abordagem geral sobre o pensamento feminista sobre a pornografia. Por fim, o terceiro e último capítulo se destina a apresentar argumentos ativistas pró e contra a pornografia. As ideias centrais debatidas giram em torno do escopo do feminismo, da desigualdade social entre os gêneros, e da objetificação da mulher na pornografia. As conclusões obtidas dão conta de que o pensamento feminista sobre a pornografia não é uniforme, apresentando correntes que se põe ora contra, ora a seu favor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 HISTÓRICO DAS REVISTAS CADERNOS PAGU E ESTUDOS FEMINISTAS ...	88
2.1 REVISTA CADERNOS PAGU	19
2.2 REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS.....	21
3 O PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE A PORNOGRAFIA	23
3.1 BIOGRAFIAS.....	23
3.2 O DESEJO SOB A PERSPECTIVA FEMINISTA.....	28
3.3 O GÊNERO NO MERCADO DO SEXO.....	31
3.4 O SEXO E A PORNOGRAFIA.....	33
4 A DISCUSSÃO NO FEMINISMO: ARGUMENTOS ATIVISTAS PRÓ E CONTRA A PORNOGRAFIA	40
5 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser debatido nesta pesquisa é “O pensamento feminista sobre a pornografia”. O objeto de estudo é o pensamento feminista sobre a pornografia. Para tratá-lo, serão utilizadas publicações das revistas feministas brasileiras *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*.

A escolha destas revistas se deu devido ao pioneirismo das mesmas no segmento feminista brasileiro. Importa destacar que estas revistas feministas têm viabilizado ao longo dos anos uma produção direcionada ao diálogo estabelecido entre aquilo que é produzido pela academia com o que se produz nos movimentos sociais. Por meio desta perspectiva, portanto, vislumbra-se uma abertura de caminho para que se possa pensar também em gênero articulado com outros marcadores de diferença, como a sexualidade, por exemplo. (BELELI, 2013).

A abertura trazida pelas publicações feministas é bastante válida especialmente caso se considere que, ainda hoje, existem pensamentos preconceituosos em relação ao gênero na sociedade brasileira, sendo também desconhecido o trabalho da teoria feminista.

É importante destacar que gênero é uma construção social, baseada nas diferenças que se percebe entre os sexos, diferindo em sua essência do sexo biológico (homem e mulher). É desta noção de construção social que se parte para contemplar o feminismo, que, tendo as suas raízes na desigualdade entre os gêneros, pode ser considerada igualmente como uma construção social, direcionando, assim, o movimento à ação social que tem por escopo a modificação deste quadro, norteando as suas atitudes e bandeiras pela igualdade civil que apregoa existir entre os gêneros.

No contexto do debate feminista, alguns temas alcançam destaque. Dentre eles, está a prostituição, cuja análise envolve questões de ordem social, psicológica, de saúde e trabalhista.

Muito além do tema prostituição, contudo, está a pornografia, de um modo geral, cujo sentido, por vezes, se confunde com o do termo “erotismo”. “Vale salientar que trabalho com uma perspectiva que pensa pornografia e erotismo como construídos contextualmente a partir de diferentes posições de poder. Desse modo, eles não possuem um significado intrínseco e estão em um constante processo de transformação” (PARREIRAS, 2012, p. 204).

Nascida, por assim dizer, para fomentar o desejo, a pornografia retrata uma dualidade bastante interessante, posto que existem posições dentro do movimento que colocam, de um lado, o corpo feminino como um objeto de desejo do indivíduo do sexo masculino, ao mesmo tempo em que propõe uma releitura da pornografia para identificá-la como pilar da liberdade sexual.

De um modo geral, a leitura possível da pornografia e do sexo pelos autores pesquisados neste estudo é de que a pornografia se destina a satisfazer o desejo oculto, principalmente do sexo masculino, tornando a mulher, em sua maioria, o objeto de sua satisfação.

Partindo do contexto delineado, objetiva-se, de um modo geral, realizar uma revisão de literatura de artigos já produzidos para as revistas feministas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas* sobre a pornografia.

A justificativa para a elaboração desta pesquisa revela-se no interesse pelas tratativas referentes à temática posta em debate, tendo em vista que, dentro do movimento feminista, a postura em relação à pornografia não encontra unanimidade

– como se verá, existem ativistas que se colocam contra, bem como ativistas que não concebem a pornografia tal qual aqueles a entendem.

Deste modo, pode-se destacar que o interesse pela temática se deu pela dualidade da mesma, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que pode ser instrumento de libertação sexual, pois possibilita extravasar os desejos mais ocultos pela obtenção de prazeres tais quais os representados na pornografia, também é instrumento de objetificação da mulher, segundo a perspectiva anti-pornográfica, pois ela passa a ser usada como objeto deste desejo. Foi justamente isto que ensejou o interesse em saber o que as publicações feministas brasileiras publicaram sobre o assunto.

Além do interesse pessoal, trata-se de uma discussão bastante relevante para a comunidade acadêmica que terão acesso a uma compilação das ideias externadas a respeito da questão posta.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, pode-se considerar esta pesquisa, quanto aos objetivos, como sendo descritiva e exploratória. Quanto aos procedimentos, ela é bibliográfica, pois seu desenvolvimento estará baseado em material já elaborado. Na verdade, trata-se de uma revisão de literatura de 15 (quinze) artigos produzidos para as revistas feministas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*.

A abordagem é do tipo qualitativa, tendo em vista que o seu objetivo, já delineado, não permite quantificação – antes, demanda uma análise qualitativa, apenas (MINAYO, 2010).

Para uma melhor apresentação dos resultados, o desenvolvimento está organizado em 3 (três) capítulos distintos: no primeiro deles, se apresenta um breve histórico das Revistas *Cadernos Pagu* e *Estudos Feministas*. A proposta nesta

primeira parte foi construir um diálogo entre os teóricos sobre questões pertinentes às revistas feministas *Cadernos Pagu* e *Estudos Feministas*.

Visando uma maior organização das ideias, o capítulo foi subdividido em 2 (dois) subcapítulos distintos, levando cada um o nome da revista de que tratava, trazendo aspectos gerais e estruturais de sua apresentação gráfica, bem como destacando a importância do pioneirismo no tratamento da matéria.

O segundo capítulo, já direcionando o debate, apresentou aspectos pontuais do pensamento feminista sobre a pornografia, além de apresentar breve biografia dos autores em questão. Este se encontra organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento será apresentada a biografia dos autores identificando, dentre outros, aspectos relacionados à formação escolar e atuação profissional, bem como demais obras publicadas além das utilizadas nesta pesquisa. Feito isto, será falado sobre o desejo na perspectiva feminista. Num terceiro momento, a proposta é apresentar os resultados do levantamento feito acerca do gênero no mercado do sexo e para finalizar, o subcapítulo “O Sexo e a pornografia” o qual irá tratar sobre os subgêneros da pornografia, encontrados nos textos selecionados, a pornografia da gordura, pornografia gay, e pornografia infantil.

Por fim, no terceiro e último capítulo, foram informados os argumentos ativistas pró e contra a pornografia, visando situar a discussão no feminismo acerca da temática posta em debate.

2 HISTÓRICO DAS REVISTAS CADERNOS PAGU E ESTUDOS FEMINISTAS

Neste capítulo, a proposta é traçar um histórico sobre os periódicos feministas Cadernos Pagu e Estudos Feministas. Antes, porém, convém delinear alguns aspectos de uma questão que se apresenta com bastante expressão ao se tratar revistas feministas: a questão do gênero.

Conforme destaca Schmidt (2004), o gênero comportaria dois sentidos distintos: primeiramente, segundo Scott (apud SCHMIDT, 2004, p. 18), ele representa um instrumento “para reivindicar certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens”. Além disso, Schmidt (2004) o apresenta também como

[...] um movimento de saída, de expansão das fronteiras da crítica feminista, cujos paradigmas já não davam conta das demandas colocadas pelos embates vividos tanto nos enfrentamentos teóricos quanto nas disputas políticas travadas pelas feministas.

O gênero é pois uma porta que se abre, de saída da casa matriarcal em direção ao mundo (SCHMIDT, 2004, p. 18).

Segundo Guedes (1995), existem 3 (três) questões a serem consideradas na formação do conceito de gênero. São elas: a explicação das continuidades/descontinuidades e das desigualdades presentes e experiências sociais radicalmente diferentes; a constatação da alta qualidade dos trabalhos sobre a história das mulheres e seu estatuto marginal em relação ao conjunto da disciplina; e a análise não só da relação entre as experiências masculinas e femininas no passado, como, também, a ligação entre estas e as práticas históricas atuais. Neste passo, é possível resumir as abordagens sobre gênero em 3 (três) posições teóricas: esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do Patriarcado;

discussões dentro da tradição marxista; e inspiração nas várias escolas de Psicanálise para explicar a produção e a reprodução da Identidade de Gênero do sujeito, dividida entre o Pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto.

Deste modo, é possível, conforme Guedes (1995, p. 2), contemplar o conceito de gênero como delineado por Scott, como sendo este "um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder".

Bandeira e Oliveira (1990, p. 8, apud GUEDES, 1995), por sua vez, em clássica definição, contemplam o gênero enquanto possibilidade de "entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social". É desta perspectiva, então, que o estudo partirá: do gênero como construção social, que difere do sexo biológico (homem, mulher).

Nesta primeira parte do trabalho, procura-se entender a importância das revistas para o estudo de gênero. Para subsidiá-la, foram selecionados alguns artigos publicados nas Revistas *Cadernos Pagu* e *Estudos Feministas* dos seguintes autores: Adelman (2003); Beleli (2013); Maluf (2004); Melo (2003); Minella (2008); Porto (2004); Schmidt (2004); Silva (2013a); e Tonelli (2003).

O primeiro artigo selecionado, intitulado "Das margens ao centro?: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica", foi escrito por Adelman (2003) e publicado na Revista *Estudos Feministas* em 2003. O seu propósito é discutir algumas das possíveis explicações para a dificuldade percebida em relação ao pleno ingresso da perspectiva feminista / estudos de gênero ao *mainstream* das ciências sociais. Conforme a autora, a introdução do pensamento feminista no

currículo encontra grandes obstáculos. Um deles é a dificuldade que os alunos de graduação têm para trabalharem com textos em língua estrangeira; o outro, consiste no acervo restrito disponibilizado na biblioteca. Para isto, a Cadernos Pagu e a Revista Estudos Feministas dão as suas contribuições, na medida em que auxiliam no fornecimento de material de qualidade sobre o estudo de gênero no Brasil.

As duas revistas acadêmicas feministas - Cadernos Pagu e Revista Estudos Feministas - que há tempo divulgam no Brasil trabalhos de autoras nacionais e de teóricas feministas de renome internacional vêm sendo um recurso essencial no difícil trabalho de abertura do cânone para essas novas perspectivas. Em experiência própria recente, uma série de artigos publicados nessas revistas foram absolutamente fundamentais para a bibliografia básica da disciplina de Teoria Feminista que ministrei pela primeira vez em 2002, como optativa no curso de graduação em Ciências Sociais da UFPR; emprego também os artigos publicados nessas revistas para mostrar para nossos/as alunos e alunas que o campo de estudos de gênero no Brasil é dinâmico e fértil, e que é um campo onde eles/elas também podem se inserir (ADELMAN, 2003, p. 287).

O pioneirismo destas duas importantes revistas serviu como impulso para o surgimento do Caderno de Pesquisa e Debate do Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR, que foi criada como forma de retribuir o apoio recebido do Departamento de Ciências Sociais para a comunidade universitária no custeio de uma viagem ao Encontro Fazendo Gênero IV, em 2000, na Universidade Federal de Santa Catarina, contribuindo, também, com a amplitude do debate sobre relações de gênero e inserção da teoria feminista no meio acadêmico da própria universidade (ADELMAN, 2003). Tal iniciativa é bastante válida ao se considerar que, conforme destacado por Adelman (2003), ainda existem fortes preconceitos em relação à perspectiva de gênero, bem como um desconhecimento geral do trabalho da teoria feminista. Isto se dá, porém, como destacado pela própria autora, em contraponto com “uma crescente demanda de parte das jovens gerações [...] pelos tipos de

discussão que a teoria feminista e outras vertentes atuais, como a teoria pós-moderna e a teoria pós-colonial, nos trazem” (ADELMAN, 2003, p. 285).

Também foi selecionado o artigo intitulado “Publicações feministas: velhos e novos desafios”, publicado na Revista Estudos Feministas em 2013, de autoria de Iara Beleli (2013).

Segundo Beleli (2013), as revistas feministas têm viabilizado uma produção centrada no diálogo estabelecido entre o que é produzido pela academia com o que produzem os movimentos sociais. Com isso, abrem caminho para pensar também em gênero articulado com outros marcadores de diferença, como a sexualidade, “articulando-a em uma chave distinta da objetificação das mulheres, percebendo como gênero e sexualidade operam individualmente – um ponto de tensão, mas não de ruptura, com algumas vertentes do movimento feminista brasileiro” (BELELI, 2013, p. 638).

Gênero deixa de ser percebido como “tema” e ganha o *status* de uma perspectiva de análise que perpassa quaisquer temas, possibilitando outros olhares para as “realidades” sociais, o que permitiu revisitar vários temas (BELELI, 2013, p. 638).

Em seu trabalho, a autora recupera parte do debate desenvolvido no evento de comemoração dos 20 anos da Revista Estudos Feministas sobre os desafios das publicações feministas, chegando à conclusão de que ainda existem dois grandes desafios a serem vencidos, que são a internacionalização da produção acadêmica brasileira, e a horizontalização das teorias feministas e de gênero, com o objetivo de expandir as fronteiras nacionais e disciplinares (BELELI, 2013). Além destes, Beleli (2013) menciona ainda a dificuldade que se tem de manter uma revista, e não só por questões financeiras, mas, também, pelo reconhecimento dado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a avaliação da

publicação por pares de distintas áreas disciplinares, o que torna os periódicos mais respeitados. No caso da Cadernos Pagu, conforme cita, já se chegou a ter 120 artigos na grade de avaliação.

No terceiro artigo selecionado, intitulado “Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância”, escrito por Maluf (2004) e publicado na Revista de Estudos Feministas em 2004, são discutidos os Dossiês publicados desde o surgimento da Revista Estudos Feministas (REF) até a produção do texto, num total de 24, fazendo um levantamento e uma breve descrição de cada um deles.

Os Dossiês, conforme destaca Maluf (2004), são uma seção da REF que se dedica ao diálogo e às articulações entre o que é produzido acadêmica e intelectualmente com a militância, o ativismo e as políticas feministas em relação a temas específicos. São neles, portanto, que são publicados tanto artigos como ensaios no estilo acadêmico, com análises e reflexões teóricas como testemunhos, entrevistas, relatos, dentre outros. O propósito é dar uma panorâmica do tema em questão, confrontando a reflexão teórica com as práticas, ações e políticas feministas.

Na trajetória da REF, esse diálogo e essas articulações entre a academia e a militância, passaram por diferentes momentos e assumiram diferentes formas. A própria escolha pelo nome Estudos Feministas para a revista é um indicativo do desafio que o coletivo de mulheres fundador da revista assumia a partir daquele momento. Certamente o dossiê é a seção mais representativa dessa tensão, é onde esses fluxos e refluxos do diálogo entre ativismo e produção acadêmica apresentam mais visibilidade. Esta questão está presente na revista como um todo e é constitutiva do próprio campo dos estudos feministas, não apenas pelas trajetórias de muitas mulheres, hoje professoras e pesquisadoras, que foram protagonistas dos movimentos e das lutas que antecederam e ajudaram a formar os estudos feministas e de gênero, mas também pelas implicações políticas e epistemológicas da própria existência dos estudos feministas (MALUF, 2004, p. 235).

Segundo Maluf (2004), os temas que são objeto de publicação nos dossiês têm ligação com a conjuntura e com o contexto do movimento feminista, tais como os grandes encontros e conferências nacionais ou internacionais, ou, ainda, os debates envolvendo decisões parlamentares ou políticas governamentais. Também são decorrentes de áreas de pesquisa que tiveram um grande crescimento no período, em especial as que receberam financiamentos sistemáticos pelos órgãos e instituições financiadoras – como, por exemplo, a área de saúde e direitos reprodutivos e de masculinidade. Além de serem temas diretamente ligados à discussão de políticas públicas e às temáticas da participação política, envolvendo, também, a ação feminista, dentre outros e, por último, são temas que aglutinam pesquisas acadêmicas, feitas por pesquisadoras de diferentes áreas ou de uma mesma área, caracterizada por trazer discussões que guardam maior afinidade com a reflexão acadêmica acerca de questões contemporâneas do que com o movimento propriamente dito.

Para Maluf (2004), porém, é importante observar que nem sempre o que define o quanto um determinado dossiê se comportará como um instrumento para a discussão de políticas e ações é a proximidade temática com questões do movimento e da militância; segundo ela, mesmo dossiês que contemplem uma temática cuja abordagem é mais forte na academia podem servir como um instrumento para as políticas feministas.

O quarto artigo selecionado, escrito por Melo (2003) e publicado na Revista de Estudos Feministas em 2003, intitulado “Publicar é uma ação política”, tinha por objetivo analisar a produção de publicações feministas como uma ação política direta, e não somente como mero instrumento de divulgação do trabalho desenvolvido pelas organizações, na medida em que contribuem para o

aprimoramento e a renovação dos discursos políticos sobre a condição da mulher.

Veja-se:

Além de serem importantes veículos para divulgação de informações, as publicações feministas também contribuem para o aprimoramento e a renovação de propostas e discursos políticos sobre a condição da mulher. Assim, é preciso analisar a produção de publicações como uma ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos, e não apenas como mais um instrumento de divulgação para um público mais amplo dos trabalhos desenvolvidos pela organização.

[...]

Em geral, essas publicações têm sido viabilizadas como parte de projetos mais amplos desenvolvidos por organizações feministas. São levantamentos, estudos e pesquisas que, depois de finalizados, são transformados em livros para dar maior visibilidade ao trabalho realizado; são relatórios de seminários e reuniões, publicados em forma de cadernos, que funcionam como memória e registro de eventos relevantes; são experiências em oficinas que são sistematizadas no formato de cartilhas. Mas é importante observar que são raras as experiências feministas em que a publicação é o objetivo central da ação política (MELO, 2003, p. 298).

Em crítica, Melo (2003) destaca que, apesar das publicações feministas oferecem conteúdos valiosos, em sua maioria não apresentam uma redação centrada na leitora e no leitor, com textos acessíveis e de fácil leitura. “Quando folheamos uma publicação feminista, o desejável é poder passar os olhos pelos títulos e pelos diferentes elementos da publicação [...] e já ter uma idéia razoável acerca das informações e dos dados básicos sobre o conteúdo” (MELO, 2003, p. 299). Para a autora, quando faltam estes elementos nas publicações, compondo-se os artigos de páginas e páginas de texto corrido, sem títulos, subtítulos ou ilustrações, a transmissão da mensagem pretendida é dificultada, porque se torna falha a capacidade de compreensão do leitor e da leitora.

Em meu trabalho como redatora e editora de publicações feministas, a experiência mais completa de textos elaborados tendo em foco as leitoras e leitores foi a edição da série de Dossiês Temáticos publicados pela Rede Feminista de Saúde.

A preocupação com os títulos, subtítulos e intertítulos, para orientar a leitura e atrair a atenção das leitoras e leitores a cada página, é uma marca dessa série de publicações. Os títulos apresentam de forma direta o conteúdo de cada capítulo, e os subtítulos e intertítulos vão fornecendo detalhes e destacando as principais informações.

Quando folheamos uma publicação feminista, o desejável é poder passar os olhos pelos títulos e pelos diferentes elementos da publicação (ilustrações, destaques etc.) e já ter uma idéia razoável acerca das informações e dos dados básicos sobre o conteúdo. Se, em lugar desses elementos, deparamos com páginas e páginas apresentadas em forma de texto corrido - isto é, sem títulos, subtítulos, ilustrações - isso significa que será preciso ler todo um capítulo de oito ou dez páginas para garimpar uma informação ou um dado numérico mais relevante.

Esses comentários servem para enfatizar que as publicações feministas não podem prescindir de um tratamento editorial, de um trabalho profissional de preparação e editoração de texto. A estratégia do improviso - em que a secretária da instituição faz uma rápida revisão e formatação do artigo ou relatório a ser publicado em livro - precisa ser revista. Se entendemos que essas publicações têm uma vocação educativa, elas precisam apresentar textos mais acessíveis e de leitura fácil e interessante. Isso significa dizer que, idealmente, os textos para publicação deveriam passar por um tratamento editorial que venha a considerar as necessidades, os interesses e as limitações de leitoras e leitores (MELO, 2003, p. 299).

Além de dispensar a devida atenção à preparação dos textos, primando pela clareza e boa visibilidade editorial, deve-se, ainda, avaliar a compreensão e comunicabilidade junto ao público-alvo da revista. Tais avaliações, segundo Melo (2003), podem ser feitas por meio de questionários ou entrevistas por telefone, e devem conter questões sobre vários aspectos, que possibilitem a avaliação da elaboração destas publicações.

Outro artigo selecionado para a pesquisa foi o intitulado "Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial", escrito por Minella (2008) e publicado na Revista de Estudos Feministas em 2008. O objetivo da autora foi de refletir sobre o novo modelo editorial inaugurado na Revista Estudos Feministas em 2002, três anos após a sua instalação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Segundo Minella (2008), a Revista de Estudos Feministas passou por transições significativas em seu formato da editoria, tudo para atender propósitos

relacionados ao crescimento da revista e expansão da equipe diante da situação de algumas publicações feministas nacionais e internacionais.

[...] desde a sua criação, a REF atravessou três momentos: o primeiro, mais concentrado em poucas pessoas, prevaleceu de 1992 até 2001 e incluía uma editoria da qual participavam até três pesquisadoras reconhecidas na área, as quais, sem excluir a colaboração de outras pesquisadoras, eram responsáveis por todas as seções da Revista: artigos, ponto de vista (ensaios e entrevistas), dossiês e resenhas.

A respeito dessa estruturação, referindo-se mais especificamente ao período entre 1999 e 2001, o relato de Miriam Grossi confirma que as editoras, além de manejar os artigos, tinham também "de lidar com as outras seções da revista: entrevistas, resenhas, ensaios, dossiês". Mas, esse trabalho não era totalmente solitário. A autora lembra que, dando continuidade às práticas estabelecidas pelas gestões anteriores, eram utilizadas "diferentes estratégias para a elaboração destas seções" ao longo daquele período: "em alguns casos solicitávamos a colegas de outras instituições acadêmicas e de ONGs que se responsabilizassem por alguma destas seções. Em outros, a própria editoria local assumiu a sua produção".

Num segundo momento, em 2001, esse formato começou a ficar mais flexível porque foi criada uma editoria de resenhas. No terceiro momento, ou seja, no primeiro semestre de 2002, cientes de que a sobrecarga de trabalho dificilmente poderia ser incorporada por apenas duas a três pessoas e uma editoria de resenhas e, portanto, cientes da necessidade de flexibilizar a estrutura da Revista, imprimindo maior agilidade ao imenso rol de tarefas cotidianas, foi discutido e aprovado um novo modelo editorial, compreendendo-se que esse seria testado na prática e submetido à avaliação nas etapas subsequentes, podendo sofrer os ajustes considerados necessários pela equipe.

[...] A partir do segundo semestre de 2004, prosseguiu a expansão da equipe, impulsionada, a meu ver, por três fatores principais: o aumento da oferta de textos resultante tanto da ampliação do campo no País quanto do estímulo à produção científica por parte das agências que definem as políticas na área; a exigência da edição de três números anuais, conforme os critérios da Scientific Electronic Library Online (SciELO), definidos a partir da análise das tendências nacionais e internacionais de divulgação científica; a criação em 2005 da editoria específica para produção de um número em inglês por ano, conforme a proposta da SciELO Social Sciences (SSS (MINELLA, 2008, p. 106-107).

Para Minella (2008), a ampliação da base institucional da REF representa uma boa vantagem, pois favorece não somente o diálogo acadêmico, como, também, as alternativas de cooperação e o fortalecimento de um formato de gestão editorial coletiva. Talvez, destaca a autora, seja por esta razão que ela considera que:

[...] fazer a REF é fazer política [...] é negociar permanentemente com cada uma das instâncias “externas” [...], e, ao mesmo tempo, negociar nas “internas”, isto é, no nível das relações entre as diferentes editorias a fim de elaborar os [...] consensos necessários não apenas à sua sobrevivência mas à continuidade do seu papel estratégico no campo (MINELLA, 2008, p. 112).

Porto (2004), em sua publicação “Consórcio de publicações feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação”, publicada na Revista de Estudos Feministas em 2004, e Schmidt (2004), no artigo intitulado intitulada “Como e por que somos feministas”, foram escolhidos por uma mesma razão: ambos destacam questões pertinentes à visibilidade do feminismo brasileiro e de suas publicações nos diferentes espaços proporcionados pelos eventos científicos. Schmidt (2004), em especial, toma por base o caso da Revista Estudos Feministas, e busca analisar concomitantemente a tarefa de uma publicação feminista no contexto contemporâneo cultural e político latino-americano e, mais especificamente, brasileiro com o feminismo tomado como prática teórica norteadora das iniciativas, desdobrando-se em seus papéis de campo teórico, prática interpretativa e lugar político.

Silva (2013) e Toneli (2003) também foram selecionados porque tratam de um mesmo aspecto: os desafios das publicações feministas. Para Silva (2013), o principal desafio das publicações feministas consiste na articulação da produção teórica e as pesquisas feministas às lutas e às formas organizativas que o movimento feminista constrói em cada contexto histórico. Já Toneli (2003) direciona as tratativas para o cenário das publicações feministas sediadas em organizações não-governamentais, apontando aspectos comuns entre elas, incluindo suas dificuldades (especialmente relativas ao quantitativo reduzido de integrantes das equipes, à heterogeneidade das ONGs às quais as publicações estão associadas, e

a questões financeiras, que comprometem a periodicidade e a distribuição das revistas) e possibilidades.

Em síntese, pode-se resumir o cenário das publicações, destacando-se as dificuldades principais enfrentadas:

- a) as equipes contam, em geral, com um número reduzido de integrantes;
- b) existe uma significativa heterogeneidade quanto ao produto (incluindo temas e formas de linguagem), formato, público-alvo, objetivos, tipos e tamanho da ONG à qual estão associadas;
- c) há dificuldades para manter a periodicidade;
- d) há dificuldades em relação à distribuição, tendo em vista as diferentes modalidades e os altos custos da produção editorial;
- e) há dependência de financiamento externo, em especial de agências estrangeiras;
- f) há irregularidade quanto à capacitação em editoria e à manutenção de corpo editorial (TONELI, 2003, p. 268).

Verifique-se que, em uníssono, os autores aqui mencionados defendem a importância da existência de produções acadêmicas voltadas para o estudo de gênero para preencher as lacunas existentes em relação ao tema, que são as correspondentes à escassez de acervo nas bibliotecas universitárias, bem como a dificuldade que os alunos de graduação têm para trabalharem com textos em língua estrangeira (ADELMAN, 2003), servindo, também, para promover o diálogo entre o que é produzido pela academia e o que sai dos movimentos sociais (BELELI, 2013). Não obstante a sua importância, as revistas enfrentam, ainda, dificuldades referentes à internacionalização da produção acadêmica brasileira (transnacionalização), bem como o necessário reconhecimento pelo CNPq como publicação de referência para alcançar o respeito como fonte de pesquisa pela área acadêmica (BELELI, 2013).

É importante notar ainda que, segundo Maluf (2004), nem sempre serão discutidas nestas publicações feministas temáticas que guardem proximidade com questões do movimento e da militância; também questões cuja abordagem é mais forte na academia também podem surgir como instrumentos para as políticas

feministas, servindo, desta forma, como temas para as revistas. De qualquer forma, conforme a autora há que se considerar que as diversas e, por vezes, antagônicas teorias feministas na academia correspondem a diferentes teorias do gênero, contrapondo, deste modo, o senso comum de que só a academia é capaz de produzir teorias com o de que só a militância e experiência localizada são capazes de gerar ação.

De igual modo, conforme destacado por Melo (2003), deve-se vislumbrar tais publicações não somente como mero instrumento de divulgação do trabalho desenvolvido pelas organizações feministas, mas, também, como ações políticas diretas, na medida em que contribuem para o aprimoramento e a renovação dos discursos políticos sobre a condição da mulher. Schmidt (2004), ao fazer menção à REF, também vislumbra este veio na revista feminista, na medida em que esta toma o feminismo como prática teórica norteadora das iniciativas, desdobrando-se em seus papéis de campo teórico, prática interpretativa e lugar político.

Tendo sido feitas estas considerações iniciais, serão, a partir de agora, apresentados pontos pertinentes às publicações feministas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*. Uma apresentação que se destina a contextualizar a importância destas para o meio acadêmico como fontes de pesquisas sobre o estudo de gênero.

2.1 REVISTA CADERNOS PAGU

A revista *Cadernos Pagu* é um periódico do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), lançado em 1993 (PAGU, 2015).

Embora o momento de sua concepção já contemplasse estudos de gênero com alguma legitimidade acadêmica no país, a proposta do Cadernos Pagu era de ampliar a sua visibilidade, promovendo a difusão do conhecimento da área, estimulando, também, a sua produção (PAGU, 2015).

Um momento marcante da história da publicação é o da obtenção de apoio de agências financiadoras, que tem financiado parcialmente a revista desde 1996. São elas: FAPESP (fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), FAPEEx (Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, da Unicamp), e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (PAGU, 2015).

A importância destes financiamentos é logo aferida ao se considerar que eles contribuíram para o crescimento da publicação, na medida em que, além de promoverem melhorias na qualidade gráfica da revista, possibilitando a incorporação de um maior número de textos, eles também auxiliaram na adequação às normas editoriais, bem como na ampliação do Conselho Editorial e no registro em diversos indexadores nacionais e internacionais (PAGU, 2015).

Outro momento de bastante significância para a revista foi a sua inserção no Scielo, em 2005, permitindo a disponibilização *on line* do conteúdo da revista, e no SciELO *Social Sciences*, em 2008, favorecendo a circulação internacional do periódico brasileiro tendo em vista a disponibilização de parte da produção publicada no Cadernos Pagu, em versões para o inglês (PAGU, 2015).

A este respeito, veja-se o que diz Beleli (2013):

[...] os esforços para manter uma revista sem nenhum financiamento são ainda muito maiores e algumas não sobrevivem. Mas não se trata apenas do dinheiro. O programa de financiamento de periódicos implementado pelo CNPq oferece uma espécie de certificado, indicando que a revista teve uma avaliação dos pares em distintas áreas disciplinares. Essa é uma das condições para a entrada no SciELO – *Scientific Electronic Library Online* –, “biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros”.

As revistas aí inseridas são muito disputadas, não só pelo fácil acesso, mas também por serem mais respeitadas (BELELI, 2013, p. 637).

A publicação *Cadernos Pagu*, porém, teve uma antecessora de bastante relevância para o estudo do gênero – a *Revista Estudos Feministas* (REF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O pioneirismo destas publicações é reconhecido por Beleli (2013), que assim dispõe:

A *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu* – parafraseando Miriam Grossi, "sua irmã um ano mais nova" – venceram o primeiro desafio e, de forma pioneira, abriram espaço para visibilizar os resultados de pesquisa que colocavam em diálogo teorias sociais consolidadas e teorias feministas produzidas no Brasil e alhures. As teorias feministas e as teorias de gênero estão na base dos projetos editoriais destas revistas, projetos estes pensados por mulheres que constituíram os, e foram constituídas pelos, vários feminismos, uma experiência que ultrapassava fronteiras editoriais, ganhando as salas de aula, as reuniões acadêmicas (BELELI, 2013, p. 2).

Para falar sobre a REF, seu histórico e política editorial, será dedicado o subcapítulo seguinte.

2.2 REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS

A *Revista Estudos Feministas* é um periódico de publicação quadrimestral e indexado, de circulação nacional e internacional que objetiva divulgar cientificamente textos originais em português e em espanhol, sob a forma de artigos, ensaios e resenhas sobre gênero e feminismos, que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia. Os textos publicados contribuem para o estudo das questões de gênero, sendo provenientes de diversas disciplinas: sociologia, antropologia, história, literatura, estudos culturais, ciência política, medicina, psicologia, teoria feminista,

semiótica, demografia, comunicação, psicanálise, dentre outras (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2015).

A Revista funciona em regime de rodízio institucional desde 1992, ano de sua primeira publicação, tendo sido inicialmente editada pelo CIEC/Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro assumiram, num segundo momento, a responsabilidade pela edição, a qual teve continuidade posteriormente no referido Instituto. A partir de 1999 a Revista passou a ser sediada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, integrou-se ao Instituto de Estudos de Gênero, órgão que agrega pesquisadoras/es oriundas/os de distintas áreas de conhecimento e atuação da UFSC, tendo como denominadores comuns os estudos feministas e a perspectiva de gênero (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2015).

A Revista de Estudos Feministas está articulada em 6 seções, sendo elas: Artigos de autoras brasileiras e latino-americanas e traduções de artigos de teóricas estrangeiras; ensaios a partir de reflexões sobre um determinado tema, elaborados de modo mais flexível e aberto; entrevistas com pesquisadoras de destaque na área; dossiês temáticos sobre assuntos da atualidade política e de relevância para a prática feminista; resenhas de livros atuais e agenda de eventos, seminários e encontros (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2015).

3 O PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE A PORNOGRAFIA

Nesta parte da pesquisa, o pensamento feminista sobre a pornografia será apresentado tratando aspectos das seguintes questões: o desejo sob a perspectiva feminista; o gênero no mercado do sexo, e o sexo e a pornografia. Os teóricos utilizados nesta parte são: Bensusan (2004 e 2006); Bernstein (2008); El Far (2007); Gregori (2003); Kulick (2012); Landini (2006); Leite Jr (2012); Lowenkron (2013); Moraes (2003); Parreiras (2012); Pinho (2012); Piscitelli (2005); Prada (2012); Silva (2013b); e Williams (2012). Antes, porém, será apresentada uma breve biografia de cada um deles.

3.1 BIOGRAFIAS

Hilan Bensusan (2004 e 2006) é filósofo e arqueólogo. Trabalha no Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (Unb) onde pesquisa sobre tramas, singularidades e contingências. Dentre outras obras, escreveu “Excessos e Exceções” (Livraria Ideias e Letras, de 2008) e “O Pacífico Sul” (Confraria do Vento, de 2012) (LIVRARIA IDEIA & LETRAS, 2015). Os artigos de sua autoria que serão analisados nesta parte da pesquisa foram publicados na Revista Estudos Feministas em 2004 (“Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado”) e 2006 (“Observações sobre a política dos desejos: tentando pensar ao largo dos instintos compulsórios”).

Elizabeth Bernstein (2008) é Professora Assistente no Departamento de Sociologia no Barnard College, na Universidade de Columbia (Columbia University), nos Estados Unidos da América. Seu ensino inclui cursos como Gênero e Poder na Transnacional Perspectiva, A Sociologia do Gênero e a Sociologia da Sexualidade.

Atualmente, a autora realiza pesquisa que explora a convergência de interesses feministas cristãs, neoliberais e evangélicos na definição de políticas contemporâneas norte-americanas ao redor do tráfico de mulheres (BARNARD COLLEGE, 2015). De sua autoria, foi selecionado apenas um artigo, publicado na Revista Cadernos Pagu, intitulado “O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo” (2008).

Andressa El Far (2007), autora do artigo intitulado “Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos "romances para homens" de finais do século XIX e início do XX”, publicado pela Revista Cadernos Pagu em 2007, é Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, bolsista Fapesp do Projeto Temático desenvolvido no Pagu – “Gênero, Corporalidades”. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2007, intitulado “Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos "romances para homens" de finais do século XIX e início do XX”.

Maria Filomena Gregori (2003) é Professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia da UNICAMP. Graduada em Ciências Sociais pela UNICAMP em 1981, possui mestrado em Ciência Política (1988) e doutorado em Antropologia Social (1997), ambos pela USP, e estudos de pós-doutorado no Department of Anthropology pela Universidade de California (Berkeley, 2001). É pesquisadora associada do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero (UNICAMP), sendo membro de seu Conselho Científico. Além da Pagu, foi pesquisadora do CEBRAP (1986-1999) e sua Diretora Administrativa (1998-1999); membro da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS nos biênios 2003-2004 e 2008-2010); e membro do conselho consultivo do Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), fazendo parte do Conselho Editorial da Coleção

Sexualidade, Gênero e Sociedade (CLAM, desde 2004) e do Conselho Editorial da Contemporânea - Revista de Sociologia (UFSCAR, desde 2011). Sua experiência na área de Antropologia se dá com atuação principal nos seguintes temas: gênero, estudos de gênero, violência urbana e antropologia urbana (UNICAMP, 2015a). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2003, intitulado “Relações de violência e erotismo”.

Kulick (2012) é Professor de Antropologia no *Department of Comparative Human Development* da Universidade de Chicago. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012, intitulado “Pornô”.

Landini (2006) é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997), Mestre (2000) e Doutora (2005) em Sociologia pela mesma universidade. É professora adjunta do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Campus Guarulhos). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em infância, sexualidade e violência. Sua atuação se dá principalmente nos seguintes temas: violência sexual contra crianças e adolescentes e teoria sociológica (Norbert Elias) (Currículo Lattes) (LANDINI, 2015). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2006, intitulado “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração”.

Leite Jr (2012) é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012, intitulado “Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros”.

Lowenkron (2013) é Graduada em Comunicação Social na UFRJ (2005), Mestrado (2008) e Doutorado (2012) em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ. Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, com financiamento da FAPESP, a autora possui experiência nas áreas da antropologia urbana e/ou das sociedades complexas, antropologia das emoções e das moralidades, estudos de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais de diferença e etnografia das formas de regulação social e das práticas políticas, jurídicas e administrativas estatais. Sua atuação se dá principalmente nos seguintes temas: violência sexual, infância/adolescência, pedofilia e tráfico de pessoas (LOWENKRON, 2015). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2013, intitulado “O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como ‘causa política’ e ‘caso de polícia’”.

Moraes (2003) é Professora de Estética e Literatura na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2003, intitulado “O efeito obscuro”.

Parreiras (2012) é Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Área de Gênero e Sexualidade) com orientação da professora doutora Maria Filomena Gregori e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012, intitulado “Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online”.

Pinho (2012) é Professor Adjunto no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Cachoeira; do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade; e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal da Bahia. Bolsista do CNPq. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012, intitulado “Race Fucker: representações raciais na pornografia gay”.

Piscitelli (2005) é Graduada em Ciências Antropológicas pela Universidad de Buenos Aires (1979), Especializada em Gender and Development pela University of Sussex (1988), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1990), Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1999) e estágios pós-doutorais na Universidad Autónoma de Barcelona (2004); na Universidad Autónoma de Madrid (2007), na Universitat Rovira e Virgili (2009) e novamente na Universidad Autónoma de Barcelona, em 2011 e 2013. Integrou o grupo fundador do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU, da Universidade Estadual de Campinas, no qual foi coordenadora ou coordenadora associada no período 1997/2010 e novamente Coordenadora Associada, a partir de 2013. Sua atuação se dá principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, parentesco, sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações, tráfico internacional de pessoas, teoria feminista e teoria antropológica (UNICAMP, 2015b). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2005, intitulado “Apresentação: gênero no mercado do sexo”.

Prada (2012) é Pesquisadora do Grupo Interdisciplinário de Estudos de Gênero – GIEG da Universidade Nacional da Colômbia. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012,

intitulado “Todas las caperucitas rojas se vuelven lobos en la práctica pospornográfica”.

Silva (2013b) é Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1999), Mestrado (2003) e Doutorado (2009) em Ciência Política pela mesma universidade. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, dedicando especial atenção aos seguintes temas: liberalismo igualitário, liberdades, direitos e justiça distributiva. Desde 2010, é Professor Adjunto de Teoria Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (SILVA, 2015). O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Estudos Feministas em 2013, intitulado “Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero”.

Williams (2012) é Professora de Retórica e Film Studies da Universidade da Califórnia, em Berkeley. O artigo de sua autoria selecionado para análise foi publicado na Revista Cadernos Pagu em 2012, intitulado “Screening Sex: revelando e dissimulando o sexo”.

3.2 O DESEJO SOB A PERSPECTIVA FEMINISTA

Os desejos são, de alguma maneira, inculcados em nós no convívio com outras pessoas (BENSUSAN, 2006, p. 446).

Bensusan (2006) traz uma série de observações sobre desejo, das quais se destaca que os desejos são entendidos como exigindo uma esfera própria, especializada, tendo em vista o entendimento de que ele pertence a um domínio privado. Isto porque, a ideia que se tem é de associação do sentido de privado ao que não é corrigível, àquilo que se encontra para além do escopo de qualquer

correção. Em outras palavras, aquilo que “não precisa ser visto, explicado, justificado, divulgado” (BENSUSAN, 2006, p. 447).

O desejo – especialmente o masculino – também é explorado no comércio do sexo, aparecendo como uma das principais motivações que levam o homem a procurar prostitutas. Veja-se:

[...] o comportamento dos clientes aparece cada vez mais como componente chave de estudos qualitativos mais amplos sobre a troca sexual comercial (Hoigard e Finstad, 1986; McKeganey e Barnard, 1996; Flowers, 1998; O’Connell Davidson, 1998). Com base em dados de campo e entrevistas, esses pesquisadores geraram tipologias de motivações de clientes e consumidores. Enquanto a pesquisa sobre as prostitutas fora guiada por questões de etiologia (como ela ficou assim, por que uma mulher faria isso?), essa outra sublinha diferenças entre homens, mas tende a assumir como dado seu *status* de compradores. As principais motivações identificadas por esses autores incluem o desejo dos clientes por variação sexual, o acesso sexual a parceiras com as idades, características raciais e físicas preferidas, a atração de um encontro sexual clandestino e “sem emoções”, solidão, problemas matrimoniais, a procura de poder e controle, o desejo de ser dominado ou de envolver-se em atos sexuais “exóticos” e a excitação de violar tabus (BERNSTEIN, 2008, p. 328).

O desejo é endereçado ao corpo, que é propriedade pessoal e de mais ninguém. Respondem à esfera pessoal, às subjetividades e a história de nossa espécie. Porém, segundo destaca Bensusan (2006), o pessoal é político, ou seja, as subjetividades carregam capacidades políticas a medida em que sua subjetividade afeta o pessoal de outras pessoas. Desejos são, portanto, produtos de agenciamento e podem ser colonizados (BENSUSAN, 2006).

A obra pornográfica, também, conforme o historiador francês Jean-Marie Goulemot (apud EL FAR, 2007, p. 292), tem o objetivo de levar o leitor ao “universo implacável da paixão devoradora”, ao incitar em sua imaginação o desejo de ele próprio obter prazeres semelhantes aos descritos pelas personagens de ficção. A

respeito dos “romances para homens”¹ do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, El Far (2007) sustenta que eles articulam em suas páginas aspectos de gênero, classe e raça. Veja-se:

Nesse universo ficcional encontramos uma imensa e variada gama de personagens: homens ricos, empregados, prostitutas, mulheres finas e educadas, brancos, mulatos, sertanejos, todos eles envolvidos nas mais diversas fantasias e desejos sexuais. Mas, ao entrar nesse imaginário literário reconhecemos algumas repetições, que acabam por nos mostrar certas predileções e preceitos amplamente compartilhados.

Um comportamento sexual considerado pernicioso, mas, por vezes, passível de ser remediado, em geral, aparecia em personagens brancas, advindas de uma classe social abastada. Mademoiselle Cinema nascera em uma família carioca rica e influente. Seu pai, um ex-ministro da República, satisfazia todos os seus caprichos, porém ocupado com seus afazeres se eximia do encargo de educador. Assim, em meio a uma vida de luxo e prazeres fáceis, Mademoiselle Cinema entregava-se ao “vício” (EL FAR, 2007, p. 305).

El Far (2007) analisa a obra pornográfica desde a metade do século XIX até o início do século XX no Brasil observando a evolução do discurso da pornografia. Personagens homens eram escrito como conquistadores bem dotados, espertos e bem sucedidos, enquanto personagens mulheres brancas e ricas poderiam viver dias de luxúria e depois se redimir e mulatas viam-se fadadas à prostituição.

Em relação ao desejo sob a perspectiva feminista, Gregori (2003) destaca a presença de uma clara tendência em enfatizar fenômenos e práticas relativas à relação mulher/mulher. Segundo a autora todas as práticas relativas à sexualidade nas relações homem/mulher supõem relações de força e subjuço

De fato, boa parte dos escritos críticos e do debate teórico apresenta essas duas vertentes: a primeira delas trata a questão do desejo na linha da teoria da objetificação do corpo feminino – vertente que tem como exemplo as campanhas contra a pornografia; a segunda vertente critica a demonização da sexualidade pressuposta pela teoria da objetificação, porém, situa e circunscreve toda a discussão, tomando como ponto de partida e como

¹ Denominação utilizada por El Far (2007) para livros pornográficos populares comercializados no Brasil durante a segunda metade do século XIX.

ponto de chegada o desejo feminino presente em relações mulher/mulher (GREGORI, 2003, p. 106).

Verifica-se, pois, como destacado pela autora, um dualismo ao tratar o desejo no campo feminista, pois ora este se apresenta como objetificação do corpo feminino, como ocorre na pornografia, ora se critica a demonização da sexualidade que é proposta por esta primeira vertente da objetificação.

3.3 O GÊNERO NO MERCADO DO SEXO

De repente, o carro parte. Nos movemos outra vez, mas não estou certa de quem estamos seguindo. Aparentemente, uma mulher entrou no carro à nossa frente com um “encontro” [no vernáculo do sexo comercial, clientes pagantes são referidos como “encontros” (“dates”) ou “truques” (“tricks”)].

[...]

Mais tarde, na mesma noite, chego a um famoso “teatro erótico” com uma amiga, cansada, mas curiosa. O teatro tem uma reputação de ser um dos mais chiques dos 14 clubes de sexo na área, onde strip-tease, lap-dance e, em período mais recente, manipulações e boquetes estão disponíveis para compra, ainda que extra-oficialmente. Passamos por um grupo de homens de negócio asiáticos e chegamos à entrada. Um homem de meia-idade polidamente recebe nosso dinheiro (US\$ 45 cada) sem parecer se surpreender que tenhamos escolhido vir – embora sejamos obviamente as únicas mulheres naquela noite. Uma cesta de camisinhas se destaca junto à porta. Outra vez de maneira direta, um empregado nos acompanha numa volta pela casa, descrevendo as várias atrações. As salas têm nomes como “Clube VIP” e “Sala Luxuosa”. O recinto tem pouca iluminação, mas é limpo, arrumado e um tanto frugal. O chão não tem tapetes, nem manchas. Nos dirigimos ao palco principal na sala dos fundos, onde uma mulher jovem, bronzeada e vigorosa, num brilhante biquíni de tiras, dança sob luzes estroboscópicas e disco. Ela se retorce e vira, gira e salta, abre e fecha as pernas. Seu acompanhante é um longo mastro prateado que se ergue do chão. Enquanto os homens à volta a olham, eu os examino. Eles esticam os pescoços para obter melhor visão da dançarina. Todos os assentos estão ocupados e só há espaço em pé. [...] A performance termina e a dançarina atravessa sua audiência, enquanto os clientes acariciam a superfície de seu corpo e enfiam notas de 20 sob suas ligas.

[...]

Numa sala chamada “Amsterdã ao Vivo”, um palco central é circundado por um anel de pequenos cubículos rebaixados, cada um separado da área central por finas cortinas de malha negra. Esse desenho permite que as cabeças e corpos dos clientes se projetem em direção ao palco, e as mulheres se projetem nos cubículos na outra direção. Uma parede circundante de espelhos acima dos cubículos significa que cada cliente pode ver os demais clientes, bem como as dançarinas. Duas mulheres

jovens e belas vêm para fora, ambas com cabelos brilhantes até a cintura e saltos muito altos, nuas, exceto por cintas que deixam seus seios e genitais expostos. Elas imitam um ato sexual altamente coreografado e estilizado, beijando-se e lambendo-se. Então, a despeito do aviso prévio de que as partes do corpo devem permanecer nos cubículos, as mulheres perguntam aos homens que os ocupam se vão querer um “show”. As duas descem para os cubículos escuros onde são agarradas por mãos ávidas, desaparecendo momentaneamente de nossa linha de visão (BERNSTEIN, 2008, p. 317-320).

Estes trechos foram retirados do artigo de Bernstein (2008) sobre o desejo, a demanda e o comércio do sexo, fruto da coleta de dados através de entrevistas com clientes e trabalhadoras. Conforme esta autora, o debate feminista que vem sendo travado diz respeito ao que realmente está sendo comprado nas transações feitas no mercado do sexo: se se trata de uma relação de dominação, ou se o que se quer é amor, dependência ou prazer. Questionam-se, ainda, se o sexo pode ser considerado um serviço como outro qualquer. Bernstein (2008) aponta um deslocamento de um modelo de intimidade no consumo de sexo para um modelo mais recreativo e ainda que, um esquema compartilhado de interesses econômicos e culturais é o que abre espaço para esse setor de serviço. Contudo, conforme a autora, ainda não se havia formulado empiricamente uma resposta a tais questionamentos, os quais ela se propôs a debater em seu artigo. Aqui, cumpre rememorar o conceito de gênero trazido no capítulo anterior.

Conforme restou demonstrado, muito embora se tenha propostas de considerar o gênero como "um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (GUEDES, 1995, p. 2).

No entanto, ao se analisar a questão do gênero do mercado do sexo, sob o prisma delineado no artigo de Bernstein (2008), vislumbra-se que o mesmo se encontra relacionado ao desejo masculino heterossexual – sexo biológico, portanto – apresentando-se este como revelador da natureza do consumo de sexo comercial.

Em outras palavras, Bernstein (2008) identifica que, no mercado do sexo, o gênero a ser considerado guarda relação com o sexo biológico, na medida em que coloca o desejo masculino heterossexual como o principal mercado do sexo comercial.

Para Piscitelli (2005), a oferta e a demanda de serviços sexuais e sensuais no mercado transnacional do sexo remete à consideração sobre como as convenções corporais, bem como os códigos de gênero, são produzidos no marco das desigualdades que permeiam as relações entre países do Norte e do Sul. Neste contexto, destaca a autora que categorias de gênero, nacionalidade, raça, idade e região se entrelaçam, de uma maneira articulada, desnudando processos de erotização e de viabilização do consumo erótico.

3.4 O SEXO E A PORNOGRAFIA

Segundo Leite Jr (2012), a pornografia não é um tipo de obra cultural específica, apresentando-se, antes de tudo, como uma forma de ordenação conceitual. Para este autor, a própria classificação como “pornografia” é uma forma encontrada para selecionar e organizar produções culturais que guardem relação com as representações da sexualidade. Por esta razão, destaca a sua indissociabilidade das ideias e do momento histórico que a conformaram e que ainda hoje a organizam. Na visão de Leite Jr (2012), então, a pornografia revela, por assim dizer, um nicho de mercado próprio que tem por principal objetivo obter lucro por meio da excitação de seu público-alvo.

Para Moraes (2003), a tradição pornográfica inaugurada na Europa a partir do Renascimento teve como característica a difusão de imagens e palavras que feriam

o pudor, tendo na representação explícita do sexo o seu ponto principal. Esta, inclusive, conforme o autor, é uma das teses defendidas na coleção intitulada “A invenção da pornografia – A obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800”, organizada por Lynn Hunt com o propósito de investigar a emergência de uma cultura erótica no interior da história moderna.

Para os autores do livro, o ponto de partida dessa tradição foi dado pela nova tecnologia de impressão do século XVI que colocou em circulação reproduções baratas, criando um próspero mercado para o obsceno. Mas a popularização do material licencioso dificilmente teria se consolidado não fosse também o aparecimento de novas formas de representação da atividade sexual que, pautadas pela intenção realista, implicavam uma transgressão deliberada da moral. (MORAES, 2003, p. 124).

Atualmente, a pornografia pulou dos livros de “romances para homens”, com acesso limitado, para locais que proporcionam um maior e indiscriminado acesso, fomentando ainda mais a indústria do sexo. A este respeito, veja-se o que dito por Bernstein (2008):

O comércio sexual se tornou uma indústria multifacetada, de bilhões de dólares, produzida por desenvolvimentos em outros setores da economia global – cadeias de hotéis, provedores de telefonemas de longa distância, companhias de cabos e tecnologia de informação – e, por sua vez, produzindo impactos em todos esses setores.

Assim como a disponibilidade de filmes pornográficos em videocassetes levou diretamente à introdução dos aparelhos de vídeo domésticos, a pornografia em CD-ROM e na internet foi responsável pela aceitação e popularização dessas novas tecnologias (BERNSTEIN, 2008, p. 322).

Como dito por Bernstein (2008) nas últimas linhas do trecho acima colado, a tecnologia promoveu ainda mais esta indústria, na medida em que permitiu que a pornografia chegasse aos mais distintos destinos, estando a apenas um clique de distância de cada pessoa. Assim, não somente o acesso passou a ser facilitado, como, também, as possibilidades de disseminação de materiais pornográficos por meio online.

Por esta facilitação, os acessos passaram a compor grande parte das atividades realizadas online pelas pessoas – cerca de 40% dos acessos online, segundo Parreiras (2012), correspondem a algum material com conteúdo pornográfico:

Só para dar uma amostra do peso da pornografia na internet: de acordo com algumas pesquisas quantitativas, cerca de 40% das atividades realizadas online envolvem algum conteúdo pornográfico. Uma das pesquisas neste sentido, conduzida pela HitWise (empresa de consultoria e marketing on-line) em 2008, calcula que cerca de 10% das buscas feitas pelos internautas envolvem pornografia (sex e porn aparecem como algumas das palavras mais procuradas no Google). Outras pesquisas feitas em 2009 afirmam que, em média, 43% dos usuários da internet ao redor do mundo acessam material considerado pornográfico e que 35% de todos os downloads realizados envolvem pornografia. Tancer (2009), a partir da base de dados da Hitwise, se propôs a entender o que as pessoas fazem quando estão online. O que os dados mostraram é que parte considerável dos acessos envolvia pornografia (PARREIRAS, 2012, p. 200-201).

A pornografia disseminada envolve conteúdos dos mais diversos tipos, envolvendo os mais diversos protagonistas e instrumentos envolvidos. Esta possibilidade de segmentação, conforme Parreiras (2012, p. 199), também é devida à internet, que permite “a criação de subgêneros e nichos mais e mais específicos”.

O momento atual seria assim marcado por uma variedade de pornografias, as quais, em alguns casos, tentam unir o sexualmente explícito e a política radical, como por exemplo, a chamada pornografia feminista. Na medida em que proliferam diversas segmentações do gênero pornográfico e surgem novos nichos o que se tem é a dificuldade crescente de estabelecer fronteiras entre pornografia e outras formas de representação. Nesse processo de segmentação, o online entra como um dos principais fatores a partir do momento em que modifica os modos como as pessoas produzem e consomem pornografia (PARREIRAS, 2012, p. 205).

- Pornografia de gordura

Kulick (2012) faz menção a outro tipo de pornografia: o pornô com mulheres obesas, denominado “pornografia de gordura” e questiona se essas representações

são realmente pornográficas. Nesta representação pornográfica, o foco não é feito nas genitais e nádegas das atrizes, que geralmente nem chegam a ser expostos, mas, sim, em seus estômagos.

A representação pornográfica consiste no ato de mostrar mulheres gordas comendo alimentos ricos em gordura. A penetração do pênis ou de outro objeto na vagina, típica do pornô *mainstream*, é substituída pela imagem da penetração de comida na boca dessas mulheres (KULICK, 2012, p. 223).

Para Kulick (2012), a existência da pornografia sobre gordura pode ser explicada com base em Freud: justamente pelo fato da repulsa que ela causa a muitas pessoas é que ela existe – ou seja, a repulsa incita o desejo porque é repulsivo o seu objeto. Segundo a autora, “gordura é aquilo para o qual a nossa sociedade não quer olhar. Em resposta, a pornografia a torna visível”. A autora também utiliza Lacan para explicá-la: A existência desta representação pornográfica está ligada ao prazer feminino que não precisa do falo nem, sequer, o deseja. (KULICK, 2012).

- Pornografia gay

Pinho (2012) em seu artigo intitulado “Race Fuckers: representações raciais na pornografia gay” traz considerações sobre a pornografia gay disponível na internet e sua articulação com raça, sexualidade e poder. A pornografia gay vem mostrando-se, segundo Pinho (2012), como o tipo apto a “flagrar a produção de um sistema ordenado de classificações e categorias, estereótipos e representações, instituídos como um discurso capaz de ser lido como o inventário da fetichização socialmente produzida para o desejo sexual racializado” (PINHO, 2012, p. 160).

No pornô gay prevalece, conforme Pinho (2012), a ideia de transgressão de uma convenção social que, segundo ele, vê no sexo não apenas elemento de condutas privadas, mas, sim, como algo que representa perigo. Veja-se:

[...] a transgressão tem uma referência objetiva no desafio às convenções sociais reunidas sob o que chamaríamos de “heterossexualidade normativa”, implicada na pressuposição de que não só todas as pessoas são heterossexuais, mas também na convicção de que a própria ordem social exige a heterossexualidade. Esta, pensada como princípio dado de sociabilidade, de estrutura social, de autoridade e parentesco, de formação adequada da personalidade e da economia política. O sexo entre homens é, assim, tabu sagrado, apontado como anormalidade, doença, pecado ou desvio. Dessa forma, a homossexualidade afrontaria a ordem social em sua dimensão estrutural mais profunda [...]. Na pornografia gay circulada na internet, a transgressão representada pelo sexo homossexual é encenada em uma imensa variedade de posições e situações meticulosamente desenhadas como reprodutoras da violação espetacularizada do tabu. As formas e modalidades padronizadas de tais encenações resultam, entretanto, na conformação de determinados outros padrões e na reprodução ambivalente de elementos da própria ordem social heterossexista que estaria sendo supostamente ultrajada (PINHO, 2012, p. 167).

- Pornografia infantil

Landini (2006) aborda como crimes sexuais eram noticiados e os sentimentos sociais presentes ao longo do século XX. Segundo Landini (2006), no início os crimes eram noticiados como revoltantes e os agressores tratados como aberrações o sentimento era de revolta e asco. Já no final do século, o tratamento é de denuncia. A partir dos anos 1990 começam os relatos sobre pornografia infantil e sua rede internacional. Segundo a autora, experimentou-se, ao longo dos anos, uma mudança de valores, desde a época em que as crianças eram retratadas estritamente como vítimas, até o final do século XX, em que a prostituição passou a ser vista como um fantasma que assola a moralidade. Atualmente, porém, não mais se discute a prostituição, que deu lugar aos textos sobre pedofilia e pornografia

infantil, deslocando-se a proteção da “moça” para a criança, seja ela menina ou menino.

A este respeito, veja-se o seguinte trecho, retirado do artigo de Lowenkron (2013), que transcreve algumas partes da entrevista dada pelo senador Magno Malta, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia (CPI da Pedofilia):

Quando eu fui deputado federal na presidência da CPI do narcotráfico eu denunciei isso no relatório da CPI do narcotráfico (...). Eu havia detectado naquela época que havia narcotraficantes tomando crianças para abuso e com a força do fuzil e a força do dinheiro. (...). É uma questão que a mim comovia muito e me deixava muito angustiado. Então, quando cheguei aqui na Casa [Senado Federal], nos últimos quatro anos eu só subia na tribuna para falar disso. E comecei a perceber que a coisa era muito grande porque eu me tornei uma espécie de delegacia do Brasil e Delegado do Brasil. As pessoas mandavam tudo para mim. (...). Depois, o Ministério Público começou a me acionar. (...) Então, eu um dia mandei a assessoria escrever o “fato determinado” e criei essa CPI. Quando eu quis criar essa CPI e fui buscar assinatura, os senadores não queriam assinar, que isso não existia, que era muito pouco, que de vez em quando que a gente via um caso (...). Mas o Ministério Público me mandou imagens e me mandou uma última imagem para a minha tomada de decisão ali. Era um homem de 70 anos tendo conjunção carnal com uma criança de quatro anos de idade. E eu saí nos gabinetes, conversando com os senadores e, quando eles não queriam assinar, eu mostrava a imagem. E eles entravam em desespero porque todo mundo é pai. Então, o que o olho não vê o coração não sente, mas o que vê, sente. As pessoas foram entrando em desespero e eu fui dizendo: eu vou mostrar a vocês o que é um monstro (LOWENKRON, 2013, p. 309).

Lowenkron (2013), ao analisar este trecho, destaca que é possível notar que os sentimentos de “comoção” e de “angústia” diante da descoberta dos fatos e, especialmente, pelas imagens às quais se teve acesso de “abusos sexuais de crianças”, foram apontadas pelo senador as principais forças motrizes para o seu engajamento político ao combate à pedofilia, com a criação da CPI. Lowenkron (2013) pretende analisar as correlações entre a construção da pedofilia como causa política e psiquiátrica para explicar a presença de desejos e fantasias sexuais envolvendo crianças. Ao final da análise aponta para a politização da questão, criminalização do executor e apagamento da vítima.

A conclusão à que a autora chegou em suas digressões é que a pedofilia na contemporaneidade é socialmente entendida e tratada não apenas como causa da proliferação de material pornográfico infantil na internet, mas, sim, como um de seus efeitos (LOWENKRON, 2013).

De um modo geral, a leitura que se pode fazer da pornografia e do sexo pelos autores pesquisados é de que esta se presta a obter a excitação de seu público-alvo.

Em relação à pornografia infantil, percebe-se que o desejo é focado justamente na infância, na idade daquele que se torna o objeto deste sentimento, representando para os autores pesquisados a raiz da pedofilia, hoje criminalizada. O que se pode perceber é que, desde tempos antigos, a criança é vista como vítima, indefesa em relação ao seu agressor, seja no seio de seu lar, seja no convívio social. O que mudou, porém, foi a discussão acerca do tema, que passou da prostituição, como uma afronta à moralidade, para a esfera da criminologia, através do comportamento pedófilo, que, por sua vez, tem a sua origem na pornografia infantil.

4 A DISCUSSÃO NO FEMINISMO: ARGUMENTOS ATIVISTAS PRÓ E CONTRA A PORNOGRAFIA

Segundo Silva (2013b), a controvérsia que originou o seu artigo é a existente entre teóricos liberais a parte do movimento feminista estadunidense. No centro deste impasse, constatou o autor que se encontra a discussão sobre a desejabilidade da repressão pelo Estado a material pornográfico. Veja-se:

Liberais tendem a ver na demanda feminista por proibição da pornografia uma mera reedição moralista e antiliberal da velha censura. Feministas, por sua vez, procuram colocar o tema como um problema de ordem político-igualitária, apoiando-se no argumento de que a pornografia é uma indústria de conteúdo misógino e uma ameaça concreta à igualdade sociopolítica entre homens e mulheres, uma vez que sua difusão modifica o modo como as mulheres são percebidas no espaço público. Procuram, assim, igualar a pornografia a outras expressões de ódio e intolerância, como o racismo e a homofobia (SILVA, 2013b, p. 143).

Para Williams (2012), é uma perda de tempo continuar a culpar a pornografia pela crescente sexualização de todos os aspectos da vida norte-americana. Para esta autora, ao contrário,

A atual influência constante da pornografia deve ser vista mais como parte de uma proliferação muito mais ampla de todas as maneiras de exibição do sexo, de beijos castos a penetrações mais expressivas e frenéticas. E essa proliferação de imagens sexuais em movimento não pode ser compreendida a não ser como parte de uma história social e cultural do sexo (WILLIAMS, 2012, p. 23).

Por outro lado, Prada (2012) destaca a existência de um posicionamento pela legalização e regulamentação, para evitar que mulheres sejam usadas como trabalhadoras sexuais, sendo submetidas a toda sorte de abusos e violência contra elas, expostas a todos os tipos de riscos.

Dado que en ambos casos hay una desvalorización de las trabajadoras sexuales, la postura que la Plataforma reclama es la legalización, que incluye no sólo la despenalización (que es el caso en España, donde ejercer la prostitución no constituye delito), sino también un reconocimiento de la prostitución como actividad laboral, con sus consecuentes garantías. Este paso, requiere necesariamente tomar en cuenta la perspectiva y las demandas de las propias implicadas, pues "Intentar «salvar» a las personas sin su consentimiento puede ser una posición bien intencionada, pero no es una forma eficaz de encarar la situación (PRADA, 2012, p. 139).

Partindo deste contexto inicial, será o presente capítulo, último da pesquisa, destinado a retratar, conforme publicações feitas na Revista de Estudos Feministas e na Cadernos Pagu, o pensamento feminista sobre a pornografia. Para tanto, serão apresentados argumentos dos ativistas pró e contra a pornografia.

Conforme Silva (2013b), o feminismo parte da constatação da existência de uma grande desigualdade entre os gêneros. Compreendendo, pois, tais desigualdades como construções sociais, apresenta-se como um movimento que se dirige à ação social visando modificar este cenário; trata-se, portanto, de um movimento social movido pela igualdade civil. Neste mesmo sentido, cite-se Santos (2011), que assim destaca:

O feminismo tem sua origem no século XIX, período em que os povos adotaram cada vez mais a percepção que as mulheres são oprimidas numa sociedade centrada no homem, por meio do legado do patriarcado.

[...]

No início de sua articulação, o movimento feminista foi motivado primeiramente a partir de experiências da mulher. Assim, apresentava crítica à desigualdade social dos sexos (numa perspectiva sociológica de gênero), a fim de promover a luta pelos direitos das mulheres, seus temas e interesses. Porém, nos presentes dias, a teoria feminista moderna não é exclusivamente, associada a teóricas e teóricas acadêmicas de classe média, no ocidente. Desse modo, compreende que feminismo é profundamente amplo e enraizado na sociedade, estendendo-se através das fronteiras de classe, raça ou localidade. Ou seja, o movimento feminista tem se aproximado das especificidades culturais e procurando questionar os tópicos relativos à posição da mulher na sociedade em questão (SANTOS, 2011, p. 84).

Prada (2012) também ressalta esta característica de movimento social do feminismo, ao assim dispor:

El Feminismo es una teoría política, un movimiento social y una ética cuya genealogía suma cerca de tres siglos. "Una revolución sin sangre" resaltan algunas, mientras otras, desde el pornofeminismo, reclamarán para su revolución altas dosis de sangre menstrual (PRADA, 2012, p. 131).

Para Prada (2012), a história do feminismo representa, também, uma história de rupturas, tendo em vista que o feminismo liberal radical inicialmente formulado forjou o feminismo atual, que, cheio de reflexão, crítica e autocrítica, têm vivenciado nas últimas duas décadas novas tendências que buscam delimitar aquele que seria o correto sujeito político do feminismo – quem seja, a mulher. Mas não a mulher estereotipada como branca, heterossexual, de classe média e submissa, mas englobando também as que têm tradicionalmente estado à margem de classe, gênero, raça e etnia.

Neste caso, os "feminismos dissidentes", conforme denominação dada por Beatriz Preciado (2007, apud PRADA, 2012), contemplam a formulação da heterossexualidade como um regime político, forjado por meio da análise de processos culturais e da normalização das diferenças entre os sexos. Contudo, ao assim agirem, eles construíram os processos científicos de representação para vozes críticas, que revelam, na verdade, o racismo e colonialismo oculto (PRADA, 2012). Para Preciado (2007, apud PRADA, 2012), no âmbito desta ramificação, por assim dizer, do feminismo, o objetivo não é tanto libertar mulheres ou, ainda, obter a igualdade jurídica, mas, sim, o de desmontar aparelhos produtores de políticos diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade.

Conforme já demonstrado, a pornografia não vem a ser um tipo de obra cultural específica. Ela é uma forma encontrada de selecionar e organizar produções

culturais que guardem relação com as representações da sexualidade com nicho de mercado próprio e tem por objetivo principal a obtenção de lucro por meio da excitação de seu público-alvo – ou seja, homens. (LEITE JR, 2012)

Como dito por Bernstein (2008) a tecnologia promoveu ainda mais esta indústria, na medida em que permitiu que a pornografia chegasse aos mais distintos destinos, estando a apenas um clique de distância de cada pessoa. Assim, não somente o acesso passou a ser facilitado, como, também, as possibilidades de disseminação de materiais pornográficos por meio online.

A pornografia disseminada envolve conteúdos dos mais diversos tipos, envolvendo os mais diversos protagonistas e instrumentos envolvidos. Esta possibilidade de segmentação, conforme Parreiras (2012, p. 199), também é devida à internet, que permite “a criação de subgêneros e nichos mais e mais específicos”.

O momento atual seria assim marcado por uma variedade de pornografias, as quais, em alguns casos, tentam unir o sexualmente explícito e a política radical, como por exemplo, a chamada pornografia feminista. Na medida em que proliferam diversas segmentações do gênero pornográfico e surgem novos nichos o que se tem é a dificuldade crescente de estabelecer fronteiras entre pornografia e outras formas de representação. Nesse processo de segmentação, o online entra como um dos principais fatores a partir do momento em que modifica os modos como as pessoas produzem e consomem pornografia (PARREIRAS, 2012, p. 205).

Para Duggan (apud SILVA, 2013b):

A existência da pornografia serviu ao questionamento dos costumes sexuais, para colocar em ridículo a hipocrisia sexual e para destacar a importância das necessidades sexuais. A pornografia porta outras mensagens que não o ódio às mulheres: ela promove a aventura sexual, o sexo fora do casamento, o sexo motivado unicamente por prazer, o sexo casual, o sexo anônimo, o sexo grupal, o sexo voyeurístico, o sexo ilegal, o sexo público (DUGGAN, apud SILVA, 2013b, p. 155).

Segundo Silva (2013b), a controvérsia que originou o seu artigo está fundamentado no seguinte:

No centro da controvérsia está a discussão sobre a desejabilidade da repressão estatal a material pornográfico. Liberais tendem a ver na demanda feminista por proibição da pornografia uma mera reedição moralista e antiliberal da velha censura. Feministas, por sua vez, procuram colocar o tema como um problema de ordem político-igualitária, apoiando-se no argumento de que a pornografia é uma indústria de conteúdo misógino e uma ameaça concreta à igualdade sociopolítica entre homens e mulheres, uma vez que sua difusão modifica o modo como as mulheres são percebidas no espaço público. Procuram, assim, igualar a pornografia a outras expressões de ódio e intolerância, como o racismo e a homofobia (SILVA, 2013b, p. 143).

Segundo o autor, toda esta discussão emana de um só ponto: da liberdade de expressão, destacando a sua importância para a vida democrática. Isto porque, ao seu ver, tratam-se, em um nível mais abstrato, em “divergências sobre o que se entende por igualdade política e sobre como esse valor deve ser institucionalmente apoiado” (SILVA, 2013b, p. 143).

No bojo desta controvérsia, segundo Silva (2013b), estaria a questão do tratamento de expressões de ódio, englobando, deste modo, o debate desencadeado por parcela do movimento feminista estadunidense acerca de certas formas de pornografia misógina.

Segundo Silva (2013b), um dos argumentos utilizados pelos ativistas que se posicionam contra a pornografia é de que esta estaria intimamente relacionada a temas que se encontram mais direcionados à igualdade de gênero. Veja-se:

Alguns se perguntam a razão pela qual parte do movimento dedica tanta energia política à supressão da pornografia, uma vez que outros temas – tais como o aborto e a defesa de mecanismos de promoção equitativa de mulheres no mundo de trabalho e na vida política – parecem bastante mais candentes no que toca à igualdade de gênero. Mas para as feministas que defendem a censura, estes problemas supostamente maiores e mais visíveis estão intimamente relacionados com a pornografia.

[...]

[...] sabemos que as desigualdades sociais entre os gêneros manifestam-se na vida política, na vida social e econômica e também na vida íntima e privada. Entretanto, parte do movimento feminista considera que a

sexualidade ocupa a cúpula da arquitetura dessa desigualdade. Na perspectiva de Catharine MacKinnon, a alienação da sexualidade feminina representa a desigualdade-mãe, o elemento cuja importância advém do fato de que ela mesma é intrinsecamente ignóbil, mas também pelas suas consequências, origem de todas as outras inúmeras formas de desigualdade entre os gêneros (SILVA, 2013b, p. 148).

Deste modo, como destacado por Catharine MacKinnon (apud SILVA, 2013b), a sexualidade estaria no topo da desigualdade entre os gêneros, representando a sua comercialização a desigualdade-mãe – ou seja, embora isoladamente ela possa ser considerada ignóbil, suas consequências sugerem que ela é, na realidade, a origem de outras formas existentes de desigualdade entre os gêneros. A este respeito, veja-se o seguinte trecho:

A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que mais nos pertence, e o que mais nos é tomado [...]. Assim como a expropriação organizada do trabalho de alguns para o benefício de outros define classe e trabalhadores, a expropriação organizada da sexualidade de algumas para o uso de outros define sexo e mulheres.

Se a sexualidade tem a primazia na configuração da identidade pessoal e social, a apropriação da sexualidade alheia, ou seja, sua instrumentalização para o prazer alheio, representa uma desumanização: “Uma vez que você é usada para o sexo, você é sexualizada. Você perde seu *status* humano” (SILVA, 2013b, p. 149).

Perceba-se, pois, que, segundo Silva (2013b), a raiz dos argumentos contra a pornografia está justamente na apropriação por ela permitida da sexualidade alheia, tornando a mulher um mero objeto para instrumentalizar o prazer, fazendo com que ela perda a sua identidade pessoal e social, já que, ao ver destes ativistas, a sexualidade teria primazia em sua configuração.

Além desta objetização, contudo, a pornografia pode ser vislumbrada, segundo estes ativistas, como o meio pelo qual se propagam as desigualdades de gênero, propalando um papel social de menor importância para a mulher na política democrática (SILVA, 2013b). Veja-se:

Pela pornografia, as mulheres são transformadas em artefatos sexuais e se reproduz a noção segundo a qual elas existem para prover prazer sexual aos homens. Mas os malefícios atribuídos à pornografia transcendem o mero desgosto que a pornografia causaria nas mulheres ao apresentá-las como objetos, ofendê-las e desumanizá-las: ela é entendida como o veículo mais importante na reprodução sistêmica das desigualdades de gênero. Esse tipo de expressão é acusado de influenciar decisivamente a forma como a mulher é percebida socialmente, respondendo por esta razão por parcela significativa da desigualdade social entre os gêneros, pela menor liberdade disponível às mulheres e, finalmente, pelo “silenciamento” das mulheres, fazendo decrescer sua voz e seu papel na política democrática. Por essas razões, de acordo com os defensores dessa perspectiva, a censura aos pornógrafos representaria uma melhora qualitativa da democracia e deveria ser promovida por um ordenamento político que tivesse consideração igual por homens e mulheres (SILVA, 2013b, p. 149).

Segundo Silva (2013b), Ronald Dworkin chama a atenção para aquilo que ela denomina ser “uma aliança política insólita” que a causa antipornográfica forjou entre ativistas feministas e a direita fundamentalista cristã nos Estados Unidos, unindo-os em um objetivo comum: qual seja, o de banir a pornografia. Veja-se:

[...] para os fundamentalistas cristãos a censura da pornografia se justifica pelo propósito de criar um ambiente moralmente “limpo” no qual a vivência da sexualidade se aproxime daquela recomendada por sua versão extremada do cristianismo; para as feministas o problema é outro, e pode ser resumido na busca de igualdade de direitos e oportunidades sociais e políticas entre homens e mulheres. A diferença é entre um argumento baseado numa doutrina abrangente do bem (o cristianismo fundamentalista) e outro baseado numa concepção de justiça (a igualdade social e política entre os gêneros). Enquanto os evangélicos propõem a restrição de uma liberdade em nome de valores perfeccionistas, as feministas desejam restringi-la em nome de outras liberdades, de forma consistente com o critério rawlsiano segundo o qual “uma liberdade fundamental só pode ser limitada ou negada em nome de outra ou de outras liberdades fundamentais” (SILVA, 2013b, p. 150).

Note-se que, embora as intenções convirjam para um local comum, qual seja, o combate à pornografia, este posicionamento se dá por motivações distintas – enquanto os fundamentalistas cristãos têm por base a doutrina abrangente do bem, as ativistas feministas contrárias à pornografia o fazem com base em uma

perspectiva do que seria a justiça – no caso, a igualdade social e a política entre os gêneros.

[...] Se o objetivo é o de preservar a “pureza” da moral sexual da comunidade, qualquer coisa que contenha nudez e sexo deve ser proibida. Se o objetivo é preservar e promover a mulher como dona de sua própria sexualidade, apenas as representações da mulher como objeto é que são problemáticas. Se a visão é evitar algum dano específico às mulheres, como um maior risco de que sejam estupradas, em tese apenas a pornografia capaz de aumentar esse risco deveria ser banida, como aquela que apresenta mulheres desfrutando de uma relação sexual forçada. Em suma, enquanto a perspectiva religiosa parece demandar uma regulação genérica da expressão de conteúdo sexual, o ponto de vista feminista tiraria a proteção apenas de subcategorias que promovem o dano que se deseja evitar à igualdade entre os gêneros, e, em tese, não pretenderia instalar um mecanismo pervasivo de controle.

Por essa razão é que a perspectiva feminista antipornografia não pode ser confundida como simples continuidade da concepção da sexualidade que levou à censura de obras de grande valor literário nos séculos XIX e XX (a perspectiva antiobscenidade): a justificativa da censura que a perspectiva antiobscenidade oferecia era a de que as obras censuradas destoavam da concepção comunitária ou dominante de sexualidade (SILVA, 2013b, p. 150-151).

Segundo Silva (2013b), são três os argumentos pró-censura utilizados. O primeiro deles, destaca o autor, diz respeito ao controle da ofensividade do discurso, assim entendida a sua capacidade de causar grande desgosto e sofrimento emocional a alguém.

Um católico fervoroso pode experimentar intenso sofrimento emocional ao ver um programa de televisão no qual um calvinista zomba do processo romano de canonização. Uma pessoa com forte militância pela igualdade social pode sentir-se profundamente ofendida ao ouvir um economista ultraliberal afirmando que a única função do Estado deve ser zelar pelo cumprimento rigoroso dos contratos. Uma feminista pode sentir-se tomada por sensações semelhantes de ultraje ao confrontar-se com um filme pornográfico que apresente mulheres como instrumentos de deleite sexual masculino (SILVA, 2013b, p. 155).

Refutando tal argumento, Silva (2013b) destaca que, se se for levar a liberdade de expressão a sério, o fato de que uma dada expressão causa intenso sofrimento emocional e desgosto a uma parcela da população ou, ainda, cause

danos sérios à autoestima de uma pessoa ou grupo social, ainda assim não se tem justificativa para o banimento do material, tampouco para o encarceramento dos responsáveis por ele. Do contrário, segundo ele, apenas as expressões de opinião que não ferissem suscetibilidade alguma seriam aceitas, indo contra toda a base de regulação do debate público, que, por sua própria natureza, fere suscetibilidades.

É por esta razão que temos o direito de desconsiderar, a nosso critério, preocupações com o autorrespeito dos demais quando compartilhamos nossas ideias e mensagens com o público ou com outros indivíduos, ao mesmo tempo em que também expomos nossa própria autoestima ao fazê-lo. Se alguém pensa e declara que as ideias políticas que defendemos ou a que dedicamos boa parte de nossas vidas são naïves, irrealizáveis ou mesmo tolas, poderemos sentir-nos profundamente afetados, mas isso não constitui razão para nosso interlocutor ser levado a um tribunal e encerrado numa cela. Alguém que seja adepto do criacionismo, por exemplo, deve preparar-se para ouvir contestações que poderão abalar seu amor-próprio, se resolver discutir o tema publicamente.

Os defensores da censura poderão retrucar que a razão pela qual a pornografia misógina deve ser censurada não se encontra apenas no fato de que a expressão desagrada mulheres ou lhes compromete o amor-próprio, mas também no fato adicional de que é completamente irrelevante para o que a Suprema Corte dos Estados Unidos considera o “significado central da Primeira Emenda”: o debate de ideias. Afirma-se que tal debate perderia pouco ou nada se pornógrafos fossem silenciados, já que a pornografia não torna o eleitorado mais sábio nem o coloca numa posição melhor para a escolha de seus representantes ou líderes. No entanto, esta nos parece uma visão demasiado estreita do que seja o debate público. Aliás, a reivindicação de politização da sexualidade é a bandeira histórica do movimento feminista (SILVA, 2013b, p. 156).

Para Silva (2013b), estes argumentos consequentialistas sugerem que a pornografia, ao difundir uma dada imagem da mulher, acaba por contribuir para a desigualdade de gênero, restringido, também, liberdades femininas.

Williams (2012), por sua vez, destaca como uma perda de tempo continuar a culpar a pornografia pela crescente sexualização de todos os aspectos da vida norte-americana. Para esta autora, ao contrário,

A atual influência constante da pornografia deve ser vista mais como parte de uma proliferação muito mais ampla de todas as maneiras de exibição do sexo, de beijos castos a penetrações mais expressivas e frenéticas. E

essa proliferação de imagens sexuais em movimento não pode ser compreendida a não ser como parte de uma história social e cultural do sexo (WILLIAMS, 2012, p. 23).

E continua, apresentando o contexto histórico que julga necessário para compreender sócio e culturalmente o sexo e a pornografia:

De todas as revoluções sociais e políticas, prometidas ou buscadas nas eras tumultuadas do final dos anos 60 e 70, a revolução sexual foi a que, afinal, teve a melhor sorte.

A revolução sexual dos anos 60 é inseparável dos objetivos mais amplos de uma atividade contracultural que permeava tudo – contra a guerra, contra o racismo, contra o capitalismo e, eventualmente contra o patriarcalismo.

Olhando para trás, no entanto, podemos discernir uma linha nítida de mudança demográfica, cultural e tecnológica que pode ser chamada de revolução sexual e que atingiu uma espécie de clímax no final dos anos 60, ainda que reverberasse sobre a década seguinte. Essa revolução se sobrepôs ao crescimento do feminismo e esteve inseparável dele, à redução – não ao término – da dupla moral sexual, e à emergência de comunidades gays e lésbicas.

[...]

Como Jeffrey Escoffier observa, outro fator no conjunto de questões difíceis sobre a revolução sexual foram as batalhas a respeito da obscenidade e da pornografia numa série de julgamentos que ampliavam a proteção da Primeira Emenda [que garante a liberdade de expressão] à literatura e ao discurso nos anos 50 e, eventualmente, aos filmes, no início dos anos 70.

Aqui temos, então, uma maneira de mensurar as grandes mudanças trazidas pela revolução sexual: nos Estados Unidos dos anos 60, o aborto, o controle da natalidade fora do casamento e a exibição de filmes pornográficos eram, todos, oficialmente tabu.

Se ocorriam, ocorriam de maneira ilícita e resguardada. Fossem quais fossem as relações sexuais que as pessoas mantinham, havia, como disseram os sociólogos Kristin Luker (2006) e Anthony Giddens (1992), e os historiadores Hohn D'Emilio e Estelle Freedman (1988), uma concordância frouxa de que a intimidade sexual era uma questão privada, e melhor seria relegá-la ao leito conjugal. No entanto, essa arena protegida logo começou a passar por mudanças, em parte graças ao novo caso do controle da natalidade pelas mulheres. Ainda que não possamos atribuir a revolução sexual a algo tão simples como a nova tecnologia da 'pílula', não há como negar que, pelo menos para heterossexuais, a liberdade relativa das consequências reprodutivas das relações sexuais tornou possíveis novas maneiras de comportamento sexual (WILLIAMS, 2012, p. 23-24).

Prada (2012) apresenta uma outra face desta discussão, destacando os abusos e violência sofridos pelas trabalhadoras do sexo durante a realização de

suas atividades. Isto enseja, segundo ela, uma urgente releitura sobre a despenalização da prostituição, de modo a torná-la como uma atividade laboral como outra qualquer, que traga consigo as garantias inerentes à prestação do serviço sexual e à manutenção da integridade física desta mulher.

Dado que en ambos casos hay una desvalorización de las trabajadoras sexuales, la postura que la Plataforma reclama es la legalización, que incluye no sólo la despenalización (que es el caso en España, donde ejercer la prostitución no constituye delito), sino también un reconocimiento de la prostitución como actividad laboral, con sus consecuentes garantías. Este paso, requiere necesariamente tomar en cuenta la perspectiva y las demandas de las propias implicadas, pues "Intentar «salvar» a las personas sin su consentimiento puede ser una posición bien intencionada, pero no es una forma eficaz de encarar la situación (PRADA, 2012, p. 139).

A questão, pois, como se pode perceber, se mostra sob vários aspectos, que devem ser cuidadosamente analisados, tendo em vista que todos os posicionamentos aqui apontados são válidos e estão fundamentados na desigualdade entre os gêneros – muito embora, em alguns deles, perceba-se uma influência política, é certo que, em todos eles, pode-se observar este como sendo o pano de fundo das tratativas dadas à questão.

5 CONCLUSÃO

Do início do conteúdo deste trabalho, pode-se contemplar o gênero sob uma face multifacetada – ora como instrumento apto à reivindicação de um certo terreno de definição, para insistir na inadequação das teorias existentes para explicar as desigualdades que persistem entre homens e mulheres; ora como elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças entre os sexos, apresentando-se, nesta roupagem, como forma primária de dar significado às relações de poder.

Entender o conceito de gênero e a questão que o envolve se mostra uma análise bastante necessária para a discussão pretendida neste estudo, tendo em vista que a discussão no feminismo envolve esta questão do gênero, na medida em que se parte, inicialmente, da grande desigualdade existente entre os gêneros, constituindo-se, deste modo, como um movimento dirigido à ação social que visa modificar este cenário. Nesta perspectiva, é possível contemplá-lo como um movimento social movido pela igualdade.

No Brasil, a introdução do pensamento feminista no currículo encontrou grandes obstáculos. Um deles foi a dificuldade que os alunos de graduação tinham para trabalharem com textos em língua estrangeira. O outro se referia ao restrito acervo disponível nas bibliotecas.

Foi neste cenário que a Revista Estudos Feministas e a Cadernos Pagu nasceram, funcionando como importantes instrumentos para o fornecimento de material de qualidade sobre o estudo de gênero no Brasil.

O segundo capítulo deste estudo, intitulado “O pensamento feminista sobre a pornografia”, foi dedicado a tratar assuntos pontuais referentes à temática. Pode-se

observar a existência de um dualismo ao tratar o desejo no campo feminista, pois ora este se apresenta como objetificação do corpo feminino, como ocorre na pornografia, ora se pensa sobre o escopo de escolhas sexuais possíveis que as representações pornográficas podem representar.

Sobre desejos é possível concluir, segundo os autores, que os mesmos pertencem à subjetividade e essa associação com o sentido privado o coloca em uma esfera que não é corrigível. Porém os desejos devem ser pensados como produto de um agenciamento e que todo pessoal é político

No comércio do sexo, o desejo mais explorado é o masculino, sendo este citado como uma das principais motivações que levam o homem a procurar prostitutas, ensejando, também, uma incitação no imaginário despertando a vontade dele próprio obter prazeres semelhantes aos descritos pelas personagens de ficção. O sexo se encontra relacionado ao desejo masculino heterossexual, apresentando-se como revelador da natureza do consumo de sexo comercial.

A pornografia não revela um tipo de obra cultural específica; antes, porém, se trata de uma forma de ordenação conceitual encontrada para selecionar e organizar produções culturais relacionadas às representações da sexualidade que, como destacado, se encontra no topo da desigualdade entre os gêneros, representando a sua comercialização a desigualdade-mãe.

Atualmente, após o advento da internet, esta indústria foi ainda mais promovida, tendo em vista que alargou as fronteiras atingidas pela pornografia, permitindo que ela chegasse aos mais diversos destinos com grande acessibilidade – com apenas um clique, pode-se desfrutar de toda sorte de material pornográfico disponível na rede.

Entretanto, de igual modo, experimentou-se uma facilitação também na disseminação de material pornográfico pela internet, passando a compor grande parte das atividades realizadas online pelas pessoas, tendo em vista que, como destacado no texto, uma parcela bastante considerável dos acessos (cerca de 40%) corresponde a algum material com conteúdo pornográfico.

É certo também que a pornografia hoje disseminada abrange conteúdos dos mais diversos tipos, envolvendo, também, os mais diversos protagonistas e instrumentos. Mulheres obesas, gays e até crianças são os objetos utilizados para dar prazer aos que acessam links pornográficos.

Em relação aos argumentos favoráveis e contrários à pornografia apresentados pelas ativistas feministas, tem-se que estes se resumem a duas questões: a primeira de que a prostituição “ilegal” dá lugar à exploração sexual e ao cometimento de abusos e violências contra a mulher, expondo-a a todos os tipos de riscos porque se encontra em situação irregular; a segunda de que a pornografia cresce na medida em que se bombardeia a sociedade com imagens cada vez mais sexualmente explícitas, imagens estas que são decorrentes do próprio contexto sócio-cultural no qual estão inseridas. Ou seja, não é a pornografia a raiz do problema, mas, sim, um efeito dele.

Um dos argumentos utilizados pelas ativistas que se posicionam contra a pornografia é de que ela guardaria íntima relação com temas que se encontram mais direcionados à igualdade de gênero. Sob esta perspectiva, então, tem-se que a raiz destes argumentos estaria justamente na apropriação por ela permitida da sexualidade alheia, tornando a mulher um mero objeto para instrumentalizar o prazer, fazendo com que ela perda a sua identidade pessoal e social, já que, ao ver destes ativistas, a sexualidade teria primazia em sua configuração.

O outro argumento pró-censura utilizado é o de que se deve controlar a ofensividade do discurso, assim entendida a sua capacidade de causar grande desgosto e sofrimento emocional a alguém.

Resumindo a questão aqui posta, pode-se dizer que estes argumentos consequencialistas sugerem que a pornografia, ao difundir uma dada imagem da mulher, acaba por contribuir para a desigualdade de gênero, restringido, também, liberdades femininas.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Das margens ao centro?: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, June 2003.

BARNARD COLLEGE. **Associate Professor of Women's Studies and Sociology**. Disponível em: <<https://barnard.edu/profiles/elizabeth-bernstein>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BELELI, I. Publicações feministas: velhos e novos desafios. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, Aug. 2013.

BENSUSAN, H. Observações sobre a política dos desejos: tentando pensar ao largo dos instintos compulsórios. **Rev. Estud. Fem.**, Set 2006, Vol. 14, N. 2, p. 445-479.

BENSUSAN, H. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado. **Rev. Estud. Fem.**, Abr 2004, Vol. 12, N. 1, p. 131-155.

BERNSTEIN, E. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cad. Pagu**, Dez 2008, N. 31, p. 315-362.

EL FAR, A. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos "romances para homens" de finais do século XIX e início do XX. **Cad. Pagu**, Jun 2007, N. 28, p. 285-312.

GREGORI, M. F. Relações de violência e erotismo. **Cad. Pagu**, 2003, N. 20, p. 87-120.

GUEDES, M. E. F. Gênero, o que é isso?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 15, n. 1-3, 1995.

KULICK, D. Pornô. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 223-240.

LANDINI, T. S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. **Cad. Pagu**, Jun 2006, N. 26, p. 225-252.

LEITE JR, J. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 99-128.

LOWENKRON, L. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como "causa política" e "caso de polícia". **Cad. Pagu**, Dez 2013, N. 41, p.303-337.

MALUF, S. W. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. **Rev. Estud. Fem. [online]**, v.12, n. spe, 2004, p. 235-243.

MELO, J. Publicar é uma ação política. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, June 2003.

MELO, J. Publicar é uma ação política. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, June 2003.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MINELLA, L. S. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, Apr. 2008.

MORAES, E. R. O efeito obsceno. **Cad. Pagu**, 2003, N. 20, p. 121-130.

PAGU. **Cadernos Pagu**. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/en/cadernos-pagu>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

PARREIRAS, C. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 197-222.

PINHO, O. Race Fucker: representações raciais na pornografia gay. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 159-195.

PISCITELLI, A. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, jul./dez. 2005.

PORTO, R. M. Consórcio de publicações feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação. **Rev. Estud. Fem. [online]**, v. 12, n. spe, 2004, p. 169-181.

PRADA, N. Todas las caperucitas rojas se vuelven lobos en la práctica pospornográfica. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 129-158.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. **Políticas editoriais**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/editorialPolicies#custom-1>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

SANTOS, J. B. dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011.

SCHMIDT, S. P. Como e por que somos feministas. **Rev. Estud. Fem. [online]**, v.12, n. spe, 2004, p. 17-22.

SILVA, C. Desafios das publicações feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, Aug. 2013a.

SILVA, J. C. C. B. Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Abr 2013b, Vol. 21, N. 1, p. 143-165.

TONELI, M. J. F. Publicações feministas sediadas em ONGs: limites, alcances e possibilidades. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, June 2003.

UNICAMP. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. **Maria Filomena Gregori**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pos/cienciassociais/index.php?texto=mariagregori&menu=menudocente>>. Acesso em: 27 mar. 2015a.

UNICAMP. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. **Adriana Gracia Piscitelli**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/pos/cienciassociais/index.php?texto=adriana&menu=menudocente>>. Acesso em: 27 mar. 2015b.

WILLIAMS, L. Screening Sex: revelando e dissimulando o sexo. **Cad. Pagu**, Jun 2012, N. 38, p. 13-51.